

Análise das Interações do debate da TV Senado Live sobre Terras raras no Brasil: potencial, desafios e perspectivas para a exploração de minerais estratégicos - 19/09/2025 - Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **318 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela TV Senado, em 19/09/2025, sobre “Terras raras no Brasil: potencial, desafios e perspectivas para a exploração de minerais estratégicos”. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na compreensão da percepção da sociedade sobre o tema.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 318

Temas principais:

- 1. Soberania Nacional e Controle Estatal (40%):** A principal preocupação dos cidadãos é a defesa da soberania nacional. Há um forte sentimento de que as riquezas minerais do Brasil devem beneficiar primeiramente a população brasileira, e não interesses estrangeiros. Muitos participantes se opõem à exploração por empresas multinacionais, associando-a a um "entreguismo" que repete ciclos históricos de exploração colonial. Há uma demanda expressiva para que o Estado assuma o controle da exploração, seja através da

criação de uma empresa estatal ou pela imposição de regras rigorosas que garantam o domínio nacional sobre esses recursos estratégicos.

Exemplo: “Deve permanecer sendo exploradas apenas por empresas e estados brasileiros. Não entregue nosso tesouro aos estrangeiros!” (Josias J., BA)

2. Desenvolvimento Tecnológico e Industrialização (24%): Uma parcela significativa dos participantes defende que o Brasil supere a condição de mero exportador de matérias-primas. O clamor é para que o país invista em tecnologia para processar as terras raras em território nacional, agregando valor e desenvolvendo uma cadeia industrial completa. Os cidadãos veem nisso uma oportunidade para gerar empregos qualificados, fortalecer a indústria e a pesquisa nacional. A transferência de tecnologia é considerada um requisito mínimo em qualquer parceria com empresas estrangeiras.

Exemplo: “As terras raras devem ser exploradas pelo Brasil, inclusive a produção de produtos oriundos das terras raras. Pare de vender o produto bruto.” (Decio E., PI)

3. Preocupações com Meio Ambiente e Sustentabilidade (20%): O temor de desastres ambientais é um tema central. Cidadãos mencionam frequentemente as tragédias de Mariana e Brumadinho como um alerta contra o extrativismo predatório. As principais preocupações são a contaminação de solos e rios, o desmatamento e os impactos irreversíveis nos ecossistemas. O público exige garantias de que a exploração será conduzida de forma sustentável, com licenciamento ambiental criterioso e fiscalização rigorosa para proteger a biodiversidade e a saúde da população.

Exemplo: “Como garantir que a exploração de terras raras não repita tragédias como Mariana, Brumadinho e os Yanomami? Sou contra mais exploração!” (Leandro P., RS)

4. Governança, Fiscalização e Transparência (10%): Os cidadãos demonstram desconfiança quanto à capacidade do Estado de fiscalizar a atividade mineradora de forma eficaz. Há perguntas sobre como o governo irá prevenir a corrupção em processos de licenciamento e assegurar o cumprimento das leis. A população pede o fortalecimento dos órgãos ambientais, maior transparência em todas as etapas dos projetos e a criação de mecanismos de controle social para que a sociedade possa monitorar a exploração e responsabilizar as empresas por danos.

Exemplo: “Espero que o IBAMA e outros órgãos responsáveis fiscalizem e multem, pois nessas áreas essas empresas são as que mais agridem a Floresta.” (Cleyton S., AM)

5. Impactos Sociais e Desenvolvimento Regional (6%): Uma parte das manifestações foca nas consequências diretas da mineração para as comunidades locais. Os participantes questionam sobre as contrapartidas sociais dos projetos, como a exploração irá gerar desenvolvimento para as cidades do entorno e de que forma os direitos de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais serão protegidos. A preocupação é que os lucros se concentrem nas mãos de poucos, enquanto o ônus social e ambiental recai sobre os moradores.

Exemplo: “Qual vai ser a contrapartida social, de desenvolvimento e estruturação das cidades localizadas nas terras raras?” (Felipe R., RJ)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma forte preocupação dos cidadãos com a soberania nacional e a necessidade de o Brasil controlar suas riquezas minerais, evitando um modelo de exploração colonial. As manifestações convergiram para a defesa do desenvolvimento tecnológico e da industrialização local, em contraponto à simples exportação de matéria-prima. Temas como a proteção ambiental, a necessidade de uma governança transparente e a garantia de benefícios sociais para as comunidades locais foram recorrentes, demonstrando o desejo por um modelo de exploração que alie desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade.



Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página
<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35665>.